

O verdadeiro sindicato é construído na luta pelos interesses materiais e morais dos trabalhadores

Em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da CONAB

Com base num legalismo falso e ultrapassado iniciou-se uma campanha para destruir a organização sindical que os empregados da CONAB constroem há mais de 20 anos.

O que chamam de “sindicalização verdadeira” nada mais é que do que um sindicalismo tutelado pelo estado, que vive com o dinheiro do imposto sindical e se baseia nas velhas regras ditatoriais impostas aos trabalhadores brasileiros ainda na década de 1930.

A campanha diz abertamente que a escolha do sindicato “independe do desejo do empregado”. Se independe do desejo do empregado é por que alguém já decidiu por ele. E quem seria? O estado, com base na unicidade sindical e no imposto sindical! Voltar a esse passado não é uma falsa mudança?

Esses argumentos falsamente jurídicos simplesmente ignoram que é a luta que faz a lei. Há apenas 121 anos, o “império da lei” determinava que era legal possuir escravos no Brasil!

No caso dos trabalhadores brasileiros, em particular dos empregados da CONAB, a luta já fez a lei. O direito de greve, que não existia na ditadura, foi conquistado. O direito de organização em central sindical também. Milhares de trabalhadores demitidos pelo governo Collor foram readmitidos! E foi nessa luta que se construíram os sindicatos gerais e a CONDSEF, com uma participação direta e permanente dos empregados da CONAB.

É verdade que, com exceções que confirmam a regra, as sucessivas direções da empresa, sobretudo por seu setor jurídico, tentaram repelir os sindicatos gerais e a CONDSEF. Mas é compreensível que, em geral, os detentores do mando - mesmo quando são apenas dirigentes de empresas ou órgãos públicos – tentem atacar o sindicalismo classista e independente.

Se dependesse dessas interpretações e desse tipo de “sindicalismo”, não apenas os demitidos não teriam retornado, mas, também, a CONAB talvez nem existisse, pois não teria havido resistência contra sua privatização ou extinção durante o governo Collor.

Em que momento surge esse ataque que, repetimos, se baseia numa interpretação falsa e ultrapassada da legislação? Quando os empregados da CONAB estão em plena campanha salarial!

A pauta do Acordo Coletivo de Trabalho já foi aprovada e entregue oficialmente à empresa. Como ela foi construída? Em assembléias realizadas em todas as unidades da federação onde há Superintendências da CONAB. Essas assembléias mandataram os sindicatos filiados à CONDSEF para negociar o ACT e elegeram 58 delegados e 13 observadores que se reuniram em Encontro Nacional dias 3 e 4 de junho. Após uma ampla e democrática discussão, as 64 cláusulas da pauta foram aprovadas. Um plano de lutas para pressionar o governo também foi estabelecido. Vir, justo neste momento, defender um sindicalismo tutelado pelo Ministério do Trabalho não é um obstáculo à luta pelo ACT?

Ao contrário disso, é preciso focar toda a atenção na luta pelo ACT, a qual precisa se desenvolver no mesmo movimento que defende o PCCS justo e único para todos.

Os filiados dos sindicatos gerais em todo o Brasil sempre estiveram na linha de frente das lutas dos empregados da CONAB e estão chamados, mais uma vez, a ocupar esse lugar.

Brasília, 06.07.09

Direção da CONDSEF